

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**MINUTA Nº 96/2026** – Alterado conforme consta no Parecer Jurídico n.750/2026

**PREGÃO Nº.90074/2026**

### CONTRATANTE

**Município** de Ponta Grossa/PR.

**Prefeitura** Municipal de Ponta Grossa/PR.

**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.

**UASG:** 987777.

**Órgão:** Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social – SMFDS.

**Endereço:** Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900. Ponta Grossa/PR.

### OBJETO

A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos, destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS**, através de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

### VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO

R\$ 80.446,33 (oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos).

### DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS

Dia 19/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço - Global.

### MODO DE DISPUTA

Aberto.

### TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Não.

### MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não.

**Licitação aberta a ampla concorrência, baseando-se no artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006.**

### LINKS ÚTEIS

[Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR.

Portal da Transparência.

Portal Nacional de Contratações Públicas.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

### DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

**Pregoeiro:** Claudete Rosana de Quadros.

**Portaria** nº26.031/2025.

**E-mail:** [claudete.quadros@pontagrossa.pr.gov.br](mailto:claudete.quadros@pontagrossa.pr.gov.br)

**Telefone:** (42) 3220-1000 - ramal 1339.

**Horário:** 07:00 até às 10:30 e das 11:30 até às 16:00.

## Sumário

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO .....	1
LINKS ÚTEIS.....	1
1. DO OBJETO.....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	4
3. DOS ANEXOS.....	4
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR .....	4
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	5
6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO .....	9
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES .....	9
9. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO.....	16
11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	17
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
13. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO .....	19
14. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO .....	22
15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	23
16. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	23
17. DOS RECURSOS .....	24
18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	25
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	25
20. DO TERMO DE CONTRATO.....	28
21. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO .....	28
22. DO REAJUSTE CONTRATUAL.....	28
23. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL ....	29
24. DO REEQUILÍBRIO.....	29
25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	30
ANEXO 1 .....	33
ANEXO 2 .....	51
ANEXO 3.....	53
ANEXO 4 .....	54

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº90074/2026**

**Minuta: 96/2026.**

Torna-se público que o **Município de Ponta Grossa/PR**, através do Departamento de Compras e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Visconde de Taunay, 950, no bairro da Ronda, nesta cidade, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº nº26.031/2025, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico**, do tipo menor preço - Global, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

**1. DO OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos, destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS**, através de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 01** deste edital e demais.

**1.2** A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**1.3 Grupos / Lotes / Itens**

**OBS.:** A especificação técnica dos itens é obtida por meio de aproximações com os códigos CATMAT/CATSER, não sendo passível de edição pelo órgão promotor do certame. Assim, sempre que houver divergência entre a especificação apresentada no sistema Compras.gov.br e a descrição constante no Termo de Referência ou no Edital, prevalecerá a especificação contida no Edital.

**LOTE 1**

Valor Máximo do Lote: R\$80.446,33.

Cód CAT/MAT/SERV	Cód.Item	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Tot.(R\$)
12831	141353	1	Passeio cultural – Parque Temático para 56 pessoas	SRV	1	26.873,00	26.873,00
3344	141354	2	Passeio ferroviário Curitiba – Morretes, para 56 pessoas	SRV	1	32.293,33	32.293,33
12831	141353	3	Passeio cultural urbano em Curitiba, para 56 pessoas	SRV	1	21.280,00	21.280,00

**1.4 Valor máximo estimado para este Pregão:** R\$ 80.446,33 (oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos).

**1.5** Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

**1.6** As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1** O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.

**2.2** A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.

**2.3** Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

20.003.08.243.0045.6.005.3.3.90.39.00.00. - 1214 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**2.4** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente, mediante apostilamento.

## **3. DOS ANEXOS**

**3.1** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO 1** - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

**ANEXO 2** - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.

**ANEXO 3** - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.

**ANEXO 4** - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**3.2** Os valores constantes do anexo 1, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

**3.3** O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

## **4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR**

**4.1** Este pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **pregão eletrônico no Compras.gov.br**.

**4.2** A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

**4.3** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**4.4** Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

**4.5** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

**4.6** A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**4.7** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.8** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.9** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.10** Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
- k) declarar o vencedor;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

**4.11** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**5.1** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

**5.2** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.3** Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

**5.4** O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

**5.5 É vedada a participação de empresas que:**

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu (s) anexo (s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;
- c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) agente público do órgão ou entidade licitante;
- l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição.

**5.6** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

**5.7** O impedimento de que trata o item 5.13 “h” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**5.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.13 “e” e 5.13 “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**5.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**5.10** O disposto nos itens 5.13 “e” e 5.13 “f” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;



**5.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**5.12** A vedação de que trata o item 5.26 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

**6.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

**6.6** O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.7** A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 **não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.**

**6.8** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações;

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**6.9** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e/ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

**6.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**6.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**6.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**6.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**7.1** O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**7.2** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.3** Valor ou desconto total do grupo;

**7.4** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.5** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.6** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.7** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.8** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.9** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.10** As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/grupo) poderão ser desclassificadas.

**7.11** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.12** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**7.13** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**7.14** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

**7.15** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Fiscalização competentes, após o devido processo legal.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 8.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.
- 8.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão de Apoio e os licitantes.
- 8.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 8.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8** Ante a previsão contida no art. 19 da IN nº 73/2022, Acórdão nº 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:
- a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir.
  - b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser de 0,5% (cinco décimas por cento), podendo ser convertido em valor numérico (R\$ - reais) conforme artigo 57 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.11** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.12** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.15** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.16** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

**8.17** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**8.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.19** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

**8.20** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**8.21** Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.22** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.23** Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.25** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**8.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.27** Em conformidade com o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como critério de desempate entre duas ou mais propostas o desenvolvimento de programa de integridade

pelos licitantes, esta Administração Pública Municipal informa que adotará tal critério neste certame, seguindo as regras da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 até que haja regulamentação específica local, para não comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do processo licitatório.

**8.28** A comprovação, caso seja exigida, pode se dar através de documentos que descrevem a estrutura do programa, como a cópia do Código de Ética e Conduta, cópia dos Relatórios de Implementação e Monitoramento do Programa atestando a realização de avaliações de risco, treinamentos, canais de denúncia e a resposta a desvios.

**8.29** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**8.30** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**8.31** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.32** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

**8.33** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.34** A negociação será realizada por meio do sistema e terá como tempo de duração para manifestação do licitante convocado o período de cinco (cinco) minutos, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.35** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.36** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

**8.37** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.38** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

**9.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicaf;
- b) Regularidade referente a punições vigentes aplicadas mediante a apresentação da Certidão Negativa Correicional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ;
- d) Consulta consolidada de pessoa jurídica - TCU;
- e) Cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
- f) Cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.

**9.2** Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 9.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.

**9.3** A consulta aos cadastros será realizada no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

**9.4** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.6** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**9.7** Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.8** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.9** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.10** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

**9.11** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**9.12** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**9.13** Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

**9.14** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**9.15** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**9.16** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.17** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.18** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), deverá o Pregoeiro/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão nº 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.

**9.19** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.20** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**9.21** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.22** Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

**9.23** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

**9.24** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.25** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



**9.26** Por meio de mensagem no sistema, ou através do edital e/ou Termo de Referência constará e será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**9.27** Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.

**9.28** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Comissão indicada no Termo de Referência, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada e o licitante será considerado inabilitado/desclassificado.

**9.29** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Comissão de Apoio analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**9.30** O Pregoeiro/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

**9.31** O Pregoeiro/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readaptação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

**9.32** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**9.33** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**9.34** O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.35** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

**9.36** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.37** Dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

**9.38** Havendo necessidade, o Pregoeiro/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.39** O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

**9.40** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.41** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

## **10. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO**

**10.1** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**10.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

**10.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.6** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**10.7** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.8** Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

**10.9** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

**10.10** O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**10.11** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

**10.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.13** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**10.14** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**10.15** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

## **11. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**11.1** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) / Sociedades Cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**11.2** Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

### **11.3 O objeto dessa licitação será:**

Para todos os interessados que atendam aos requisitos do edital.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**12.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2** A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 13, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 13.

**12.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**12.4** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.5** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**12.6** Se o consórcio não for formado integralmente por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (10% A 30%, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRESCIMO) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**12.7** A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

**12.8** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**12.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.10** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**12.11** A verificação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.12** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Pregoeiro/Comissão de Apoio.

**12.13** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**12.14** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**12.15** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**12.16** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**12.17** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes no prazo mínimo de duas horas para:

- a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**12.18** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**12.19** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.20** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.9.

**12.21** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**12.22** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**12.23** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**12.24** A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

**12.25** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

**12.26** Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

### **13. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

#### **13.1 Da inserção dos documentos**

**13.1.1** Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.

**13.1.2** Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

**13.1.3** Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Pregoeiro, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

**13.1.4** A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas após o término da fase de disputa do certame, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora.

**13.1.5** Em relação as assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

**13.1.6** Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

### **13.2 Da habilitação jurídica**

**13.2.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**13.2.2** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**13.2.3** Registro comercial, no caso de empresa individual.

### **13.3 Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

**13.3.1** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**).

**13.3.2** Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

**13.3.3** No caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados**, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

**13.3.4** Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

**13.3.5** Prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**13.3.6** Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011).

**13.3.7** Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**13.3.8** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Caso seja isento a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou a declaração narrativa).

### **13.4 Da habilitação econômico-financeira**

**13.4.1** Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante.

**13.4.2** Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

**13.4.3** A certidão negativa de falência do Distrito Federal, só será aceita, quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.

### **13.5 Da habilitação técnica-profissional e/ou operacional**



13.5.1 A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto, tais como organização, execução ou intermediação de viagens, passeios, eventos ou atividades que envolvam logística integrada.

13.5.2 Os atestados deverão conter, no mínimo:

- identificação da entidade emitente;
- descrição dos serviços executados;
- período de execução;
- declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

13.5.3 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitida a apresentação de um ou mais atestados que demonstrem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, para quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do número total estimado de pessoas atendidas na contratação, correspondente a aproximadamente 84 (oitenta e quatro) pessoas, admitida a soma de atestados.

13.5.4 Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação compatível com a categoria do veículo, curso exigido para transporte coletivo de passageiros quando aplicável e experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas.

## **13.6 Da participação de empresas em consórcio**

**13.6.1** Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

## **13.7 Das declarações**

**13.7.1** A(s) declaração(ões) devem(rão) ser assinada(s), podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, com timbre e identificação da empresa e com data:

- a) declaração conjunta.

**13.7.2** Poderá ser utilizado o(s) modelo(s) da(s) declaração(ões) no(s) anexo(s) do edital.

**13.7.3** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

**13.7.4** Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) / Sociedades Cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

**13.7.5** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.

**13.7.6** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**13.7.7** É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

**13.7.8** As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

**13.7.9** Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas e/ou documentos emitidos sem prazo de validade, deverão ser apresentados com data de emissão inferior ou igual 90 (noventa) dias corridos.

#### **14. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO**

**14.1** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

**14.2** Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

**14.3** Documentos técnicos e amostras, solicitados no edital, serão analisados pela Comissão Técnica informada em edital.

**14.4** Após a emissão do empenho ou Termo de Contrato a empresa será convocada para entrega do objeto.

**14.5** Em se tratando de Compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias da efetiva entrega do objeto, pelo fiscal do Termo de Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**14.6** Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (dez) dias da efetiva entrega do objeto.

**14.7** Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

**14.8** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**14.9** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização.

**14.10** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**14.11** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

**14.12** Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

**14.13** Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico – chat – para acompanhar a sessão reaberta.

## **16. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**16.1** Até três dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

**16.2** Caberá ao Pregoeiro encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

**16.3** Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).

**16.4** Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro e divulgados em sítio eletrônico oficial do município (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, par. único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

**16.5** Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**16.6** Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até 03 (três) dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

**16.7** A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município e/ou no Portal da Transparência, no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**16.8** As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.

**16.9** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**16.10** A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Pregoeiro, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

**16.11** A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

**16.12** Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2** O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**17.3** Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**17.4** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- d) os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**17.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**17.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**17.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

**17.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: Portal da Transparência.

**17.11** A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**17.12** A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecução da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

**17.13** Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

**17.14** O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste pregão.

**17.15** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

**17.16** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**17.17** A Decisão Final proveniente das impugnações e recursos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

## **19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**19.1** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

### **19.2 Advertência**

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

### **19.3 Multa compensatória**

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

**19.4** De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.5** De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

**19.6** De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

**19.7** De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

### **19.8 Multa moratória:**

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.



## **19.9 Impedimento de licitar e contratar**

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

### **19.10 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.**

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

### **19.11 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.**

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

### **19.12 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.**

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

### **19.13 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.**

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

## **19.14 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**19.15** Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

**19.16** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

**19.17** Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

## **20. DO TERMO DE CONTRATO**

**20.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**20.2** O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**20.3** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**20.4** O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**20.5** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**20.6** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;

**20.7** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**20.8** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**20.9** A Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) do Município de Ponta Grossa/PR poderá se beneficiar dos quantitativos contratados, conforme previsto no edital e no Termo de Referência (anexo 1).

**20.10** A participação se dará mediante manifestação formal das entidades interessadas, observando os procedimentos administrativos cabíveis.

**20.11** Os quantitativos previstos poderão ser ajustados conforme necessidade da Administração Direta e/ou Indireta, respeitando os limites definidos no instrumento convocatório.

**20.12** Cada ente ou entidade participante firmará seu próprio contrato, assegurando os quantitativos especificados no Termo de Referência e garantindo a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas.

## **21. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO DO CONTRATO**

**21.1** Quando exigida a prestação de garantia de proposta / contratual, será conforme estabelecido no Termo de Referência e legislação vigente.

**21.2** O reajuste de preços será aplicado sobre o valor contratual vigente, mantendo-se o percentual de desconto ofertado pelo Contratado na proposta que resultou na adjudicação do objeto, de modo a preservar a equação econômico-financeira inicial do ajuste.

## **22. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**22.1** Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi

finalizado com formalização do mapa de preços.

**22.2** A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

**22.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

**22.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**22.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

**22.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**22.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **23. DOS ADITIVOS DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL**

**23.1** Para aditivos de valores cujos serviços e materiais não constarem do orçamento inicial deverão ser integrados com a Tabela SINAPI atualizada, e na falta desta, por meio de Pesquisa de Preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, aplicado menos o desconto da proposta e mais o BDI ofertado, no caso de obras e serviços de engenharia.

**23.2** A fórmula relativa ao item anterior é: (X) valor do aditivo a ser realizado, (A) o valor do item resultante da Tabela SINAPI/Pesquisa de Preço, (B) menos a taxa de desconto ofertada pela licitante, (C) somado ao BDI de \_\_%, logo:  $X = A - B + C$ .

**23.3** Os custos que se refere o item 22.7, incluídos em aditivos, terão como referência para o cálculo do reajuste a data do orçamento ou proposta específica de cada aditivo, reconhecendo que cada aditivo possui base de cálculo distinta.

**23.4** O prazo mínimo de um ano para aplicação de reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajuste efetivamente aplicado à respectiva parcela ou serviço do contrato, de modo que o contrato original e cada aditivo mantenham bases e prazos próprios para reajustes.

## **24. DO REEQUILÍBRIO**

**24.1** A análise de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro levará em consideração, de forma preponderante, se a alteração do custo não se enquadra na álea ordinária (riscos normais e previsíveis) assumida pelo contratado no momento da apresentação de sua proposta.

**24.2** Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

**24.3** O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

**24.4** O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

**24.5** Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

**24.6** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**24.7** A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**25.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**25.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.

**25.3** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**25.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.9** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

**25.10** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**25.11** O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial da Prefeitura de Ponta Grossa/PR - [Portal da Transparência](#).

**25.12** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**25.13** É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**25.14** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**25.15** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**25.16** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.17** O Município de Ponta Grossa poderá:

a) anular a Licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**25.18** A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

**25.19** A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

**25.20** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

**25.21** Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

**25.22** O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**25.23** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**25.24** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ponta Grossa/PR, 27 de abril de 2026.

Assinado por:  
**João Alfredo Horst Neto**  
30/04/2026 - 14:01  
GNVJQZSGSNG8PDLL0BOIXA

**JOÃO ALFREDO HORST NETO**  
*Secretário Municipal de Família e Desenvolvimento Social*  
*Interino- D E C R E T O N° 2 6 . 4 9 2, de 15/04/2026*



## ANEXO 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/2026

Minuta: 96/2026.

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Órgão gerenciador:** Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social – SMFDS.

**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.

**Endereço:** Rua Balduino Taques, nº 445, Centro, 3º andar, Ponta Grossa/PR – 84010-050.

**Fone:** (42) 3220-1048 – ramal 2399.

**SEI:** 019016/2026

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6ª, XXIII ‘a’ ‘i’ Lei 14.133/2021)

##### 1.1. Objeto:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos, destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

**Tabela:**

Lote	Descrição	Unidade de Contratação	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Passeio cultural – Parque Temático para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 26.873,00	R\$ 26.873,00
02	Passeio ferroviário Curitiba – Morretes, para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 32.293,33	R\$ 32.293,33
03	Passeio cultural urbano em Curitiba, para 56 pessoas	Serviço	01	R\$ 21.280,00	R\$ 21.280,00
				<b>Valor Global Estimado:</b>	<b>R\$ 80.446,33</b>

##### 1.2. Especificação do objeto:

##### 1.2.1. Descrição do serviço:

**1.2.1.1.** A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Ponta Grossa.

**1.2.1.2.** A contratação compreenderá, sob responsabilidade única da contratada, a execução integrada dos seguintes serviços:

- Transporte rodoviário de passageiros, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa;
- Fornecimento de alimentação durante a realização das atividades;
- Aquisição, confirmação e disponibilização de ingressos ou bilhetes necessários à execução dos passeios;
- Apoio logístico e operacional durante todo o período da atividade.

**1.2.1.3.** A contratação será estruturada em 03 (três) lotes distintos, correspondentes a roteiros específicos:

- Lote 1: Passeio cultural em parque temático localizado no Município de Penha (Beto Carrero World);
- Lote 2: Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário;
- Lote 3: Passeio cultural urbano no Município de Curitiba.

**1.2.1.4.** Cada lote será executado de forma independente, em data previamente definida pela Administração, com duração estimada de 01 (um) dia, sem pernoite, contemplando aproximadamente 56 (cinquenta e seis) participantes por atividade.

**1.2.1.5.** Os serviços deverão ser executados de forma coordenada e contínua, garantindo segurança, pontualidade, regularidade operacional e cumprimento integral do roteiro definido pela Administração, observadas as normas de transporte de passageiros, legislação sanitária aplicável à alimentação e demais exigências legais pertinentes.

**1.2.1.6.** O objeto caracteriza-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **1.2.2. Especificações Técnicas**

### **LOTE 1: Passeio Cultural – Beto Carrero World – Penha**

#### **a) Destino e Período**

**6.17** Passeio cultural e educativo ao parque temático localizado no Município de Penha, com duração de 01 (um) dia, com deslocamento de ida e volta no mesmo dia, sem pernoite.

#### **b) Transporte: A contratada deverá fornecer:**

- Ônibus categoria semi-leito ou superior;
- Ar-condicionado em funcionamento;
- Banheiro;
- Som ambiente;
- Cintos de segurança individuais;

- Seguro de passageiros;
- Veículo devidamente licenciado e regular perante os órgãos competentes;
- Motorista profissional habilitado, com experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas;
- Transporte rodoviário de ida e volta, com saída das unidades do CREAS em Ponta Grossa até o parque e retorno ao mesmo local.

**c) Ingressos**

Fornecimento de ingresso com acesso regular às atrações disponíveis no dia da visita, válido para 01 (um) dia, conforme regras da administração do parque.

**d) Alimentação**

Deverá ser fornecida alimentação composta, no mínimo, por:

- Café da manhã completo;
- Kit lanche individual acondicionado adequadamente;
- Almoço tipo combo ou refeição equivalente;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Deverão ser asseguradas alternativas alimentares para participantes com restrições previamente informadas.

**e) Responsabilidade Operacional**

A contratada será integralmente responsável pela coordenação logística, organização, cumprimento de horários, segurança dos participantes e observância das normas de transporte e vigilância sanitária.

**LOTE 2: Passeio Ferroviário – Curitiba – Morretes (Trem Litorina)**

**a) Destino e Período**

Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário, em atividade de 01 (um) dia, sem pernoite.

**b) Transporte Rodoviário**

- Ônibus semi-leito ou superior, climatizado, com banheiro e cintos de segurança;
- Seguro de passageiros;
- Transporte rodoviário de ida de Ponta Grossa até a estação ferroviária em Curitiba;
- Retorno rodoviário de Morretes até o ponto de origem;
- Motorista habilitado e experiente.

**c) Ingresso Ferroviário**

Fornecimento de bilhete na categoria turística para o Trem Litorina no trecho Curitiba–Morretes, em vagão climatizado, com serviço de bordo básico incluso, conforme disponibilidade da operadora ferroviária.

**d) Alimentação**

Fornecimento mínimo de:

- Café da manhã completo antes do embarque;

- Kit lanche individual durante o trajeto;
- Almoço típico regional (barreado e acompanhamentos) ou refeição equivalente;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Garantia de opções alternativas para restrições alimentares.

**e) Apoio Logístico**

Coordenação integral dos horários de embarque, integração transporte-trem-retorno, acompanhamento do grupo e cumprimento do cronograma.

**LOTE 3 - Passeio Cultural Urbano – Curitiba**

**a) Destino e Período**

Passeio cultural urbano no Município de Curitiba, com duração de 01 (um) dia, sem pernoite.

**b) Transporte**

- Ônibus semi-leito ou superior;
- Ar-condicionado, banheiro, cintos de segurança;
- Seguro de passageiros;
- Deslocamento de ida e volta desde Ponta Grossa;
- Deslocamentos internos entre os atrativos definidos pela Administração.

**c) Passeios e Visitas**

Realização de visitas em pontos turísticos e culturais da cidade, podendo incluir:

- Jardim Botânico de Curitiba
- Museu Oscar Niemeyer
- Ópera de Arame
- Parque Tanguá
- Bosque Alemão

O roteiro definitivo será definido previamente pela Administração.

**d) Alimentação**

Fornecimento mínimo de:

- Café da manhã completo;
- Kit lanche individual;
- Almoço em restaurante local, contendo prato principal, acompanhamentos e bebida não alcoólica;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

Deverão ser garantidas alternativas para restrições alimentares comunicadas previamente.

**e) Apoio Operacional**

A contratada deverá assegurar acompanhamento logístico durante todo o trajeto, garantindo segurança, cumprimento de horários e organização do grupo.

---

**2. VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da ordem de serviço, o que ocorrer primeiro, período no qual deverão ser executadas as atividades previstas para os respectivos lotes.
- 2.2. A execução de cada passeio ocorrerá em data previamente definida pela Administração, observada a programação institucional e o prazo máximo de vigência contratual.
- 2.3. A vigência poderá ser prorrogada, excepcionalmente, nas hipóteses legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração.

---

### **3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇO**

- 3.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com os arts. 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023, observando metodologia apta a refletir os valores praticados no mercado para o objeto da contratação.
- 3.2. Considerando as especificidades do objeto — que compreende a prestação integrada de serviços de transporte, alimentação, ingressos e apoio logístico — a pesquisa priorizou fornecedores especializados, de modo a assegurar maior aderência dos valores estimados à realidade da contratação.
  - 3.2.1. A utilização predominante de cotações junto a fornecedores justifica-se pelo fato de que contratações públicas similares, em diversos casos, não contemplam todos os elementos do objeto ora pretendido, especialmente o transporte rodoviário, o que pode resultar em distorções relevantes nos valores quando comparadas diretamente.
  - 3.2.2. Verificou-se, ainda, que contratações realizadas por outros entes públicos frequentemente envolvem realidades geográficas distintas, com distâncias significativamente superiores ou inferiores às do Município de Ponta Grossa, impactando diretamente os custos de deslocamento e, conseqüentemente, o valor global da contratação.
  - 3.2.3. Dessa forma, a adoção indiscriminada de dados provenientes de outras contratações públicas poderia resultar em sobreavaliação ou subavaliação do preço estimado, comprometendo a fidedignidade da estimativa e a vantajosidade da contratação.
  - 3.2.4. Assim, as fontes utilizadas na pesquisa compreenderam, de forma combinada:
    - cotações diretas com fornecedores do ramo;
    - análise pontual de contratações públicas compatíveis, quando existentes e tecnicamente comparáveis.
- 3.3. Para definição do valor de referência, foi adotado critério estatístico baseado no Coeficiente de Variação (CV) dos preços coletados, nos seguintes termos:
  - quando o  $CV \leq 25\%$  (vinte e cinco por cento), foi utilizada a média aritmética dos valores obtidos;
  - quando o  $CV > 25\%$  (vinte e cinco por cento), foi utilizada a mediana, por representar medida mais robusta em cenários com maior dispersão de preços.

- 3.4.** A metodologia adotada visa assegurar maior confiabilidade à estimativa de preços, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 80.446,33 (Oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos.) e corresponde à execução integral do objeto, compreendendo a prestação de serviços integrados de transporte de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico necessários à realização de atividades culturais e educativas destinadas a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, contemplando aproximadamente 56 (cinquenta e seis) participantes por atividade, distribuídos nos 03 (três) lotes previstos neste Termo de Referência.
- 4.2.** A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores aptos a executar serviços compatíveis com o objeto, considerando valores praticados para serviços turísticos e atividades institucionais de características semelhantes, incluindo transporte rodoviário, alimentação e ingressos para atrações culturais e turísticas.
- 4.3.** Os recursos destinados à contratação são provenientes da Deliberação nº 13/2024 – CEDCA/PR, devidamente reprogramados por meio da Resolução nº 055/2025 do CMDCA, que autoriza a aplicação dos recursos em ações voltadas ao atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, incluindo a realização de atividades socioeducativas, culturais e de integração social.
- 4.4.** Ressalta-se que o valor indicado constitui estimativa para fins de planejamento da contratação e definição do procedimento licitatório, podendo sofrer variação em razão do resultado do processo competitivo, observados os princípios da economicidade, da vantajosidade e os limites orçamentários disponíveis.

##### SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PLANILHA DE PREÇOS																	
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	Fornecedor 1	Preço (R\$)	Fornecedor 2	Preço (R\$)	Fornecedor 3	Preço (R\$)	PNCP 1	Preço (R\$)	PNCP 2	Preço (R\$)	MÉDIA	MEDIANA	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	Retn Carrern	56	UND.	PH Turismo	R\$ 525,00	Odette Excursões	R\$ 480,00	Gasparelin Turismo	R\$ 500,00	Almirante Tamandaré DL 155/2024	R\$ 414,50	-	-	R\$ 479,88	R\$ 490,00	R\$ 479,88	R\$ 26.873,00
2	Curitiba	56	UND.	PH Turismo	R\$ 425,00	Odette Excursões	R\$ 315,00	ANDREA DE MOURA PRODUÇÕES	R\$ 400,00	-	R\$ 380,00	-	-	R\$ 380,00	R\$ 400,00	R\$ 380,00	R\$ 21.280,00
3	Morretes	56	UND.	PH Turismo	R\$ 600,00	Odette Excursões	R\$ 530,00	ANDREA DE MOURA PRODUÇÕES	R\$ 600,00	-	-	-	-	R\$ 576,67	R\$ 600,00	R\$ 576,67	R\$ 32.293,33
																R\$ 1.436,54	R\$ 80.446,33

Valor Total R\$ 80.446,33 (Oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos.)

- Esta pesquisa de preços foi realizada de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021 e o Capítulo VIII do Decreto Municipal 21.500/2023.

- O valor de referência foi determinado com base no menor valor apurado entre a média e a mediana.

Ponta Grossa, 19 de Fevereiro

OBS: Foram localizados processos similares no PNCP. Contudo, em alguns casos o próprio Município realiza o traslado, não havendo despesas com transporte, sendo licitados apenas ingressos para as atrações e alimentação. Além disso, há Municípios significativamente mais distantes do que Ponta Grossa, o que eleva os valores. Se esses dados forem considerados sem o devido critério, o valor estimado poderá ser inflado, não representando a realidade aplicável a Ponta Grossa.

Assinado por:  
*Jean Marcel Matias*  
23/03/2026 - 12:11  
NCXP1J4AEQOIQFX4Y4GX77PA

(Para visualização detalhada da estimativa, favor conferir o mapa anexo ao processo SEI019016/2026)



---

## **5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6ª, XXIII 'b' Lei 14.133/2021)**

- 5.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a realização de atividades culturais e educativas destinadas a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- 5.2.** As ações propostas possuem caráter socioeducativo, pedagógico e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, constituindo estratégia complementar de acompanhamento técnico prevista na política pública de assistência social, em consonância com as diretrizes do atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- 5.3.** O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de transporte, alimentação, fornecimento de ingressos e apoio logístico, estruturados por roteiros específicos, garantindo eficiência operacional, segurança dos participantes e adequada gestão contratual.
- 5.4.** A modelagem adotada observa os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, tendo sido verificada a existência de fornecedores aptos no mercado e a compatibilidade dos preços estimados com os praticados para serviços de natureza semelhante.
- 5.5.** A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme demanda nº 1056/2026, e possui respaldo orçamentário específico, atendendo ao interesse público e à regular execução das ações socioassistenciais do órgão.
- 5.6.** Dessa forma, resta devidamente justificada a necessidade e a adequação da presente contratação.

---

## **6. SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)**

- 6.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada de passeios culturais e educativos, contemplando transporte rodoviário de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico, estruturados por lote correspondente a cada roteiro.
- 6.2.** Considerando o ciclo de vida do objeto, a modelagem adotada abrange todas as etapas necessárias à adequada entrega do resultado pretendido pela Administração, compreendendo: planejamento operacional pela contratada, mobilização de recursos (veículos, motoristas, reservas e insumos), execução do deslocamento e das atividades programadas, fornecimento de alimentação durante o evento, acompanhamento logístico dos participantes e encerramento da atividade com retorno ao ponto de origem.

- 6.3.** A execução integrada sob responsabilidade única da contratada reduz riscos de descontinuidade, falhas de coordenação entre fornecedores e custos administrativos adicionais, além de facilitar a fiscalização contratual e a responsabilização por eventuais intercorrências.
- 6.4.** Sob a perspectiva de eficiência e economicidade ao longo do ciclo de vida, a solução evita contratações fragmentadas, minimiza custos indiretos de gestão, assegura padronização da qualidade dos serviços e promove maior previsibilidade na execução das atividades socioeducativas.
- 6.5.** Ressalta-se que os serviços possuem natureza não continuada e duração determinada por roteiro, não havendo geração de obrigações futuras de manutenção, suporte permanente ou reposição de bens após a execução de cada atividade.
- 6.6.** Dessa forma, conclui-se que a solução adotada é adequada sob a ótica do ciclo de vida do objeto, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

- 7.1.** A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade necessários à execução adequada dos serviços integrados de passeios culturais e educativos, garantindo segurança dos participantes, eficiência logística e conformidade regulatória.
- 7.2.** A empresa contratada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como capacidade técnico-operacional compatível com a execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. Requisitos relativos à habilitação técnica**
- 7.3.1.** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto, tais como organização, execução ou intermediação de viagens, passeios, eventos ou atividades que envolvam logística integrada.
- 7.3.2.** Os atestados deverão conter, no mínimo:
- identificação da entidade emitente;
  - descrição dos serviços executados;
  - período de execução;
  - declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

**7.3.3.** Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitida a apresentação de um ou mais atestados que demonstrem a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, para quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do número total estimado de pessoas atendidas na contratação, correspondente a aproximadamente 84 (oitenta e quatro) pessoas, admitida a soma de atestados.

**7.3.4.** Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação compatível com a categoria do veículo, curso exigido para transporte coletivo de passageiros quando aplicável e experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas.

**7.3.5. Justificativa da exigência de Atestado de Capacidade Técnica**

**7.3.5.1.** A exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pela necessidade de comprovar que a empresa possui experiência prévia na execução de serviços compatíveis com o objeto, reduzindo riscos de falhas na execução contratual.

**7.3.5.2.** Considerando que a contratação envolve serviços integrados de transporte, alimentação, ingressos e logística, com público específico, a comprovação de aptidão técnica mostra-se medida adequada e proporcional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.5.3.** A exigência de quantitativo mínimo de 50% por lote é razoável, não restringe a competitividade e está alinhada ao entendimento dos órgãos de controle, contribuindo para a seleção de proposta mais vantajosa e segura para a Administração.

**7.4. Requisitos relativos à alimentação**

**7.4.1.** A contratada deverá assegurar o fornecimento de refeições e lanches em quantidade e qualidade adequadas ao número de participantes, observando:

- Cumprimento das normas de vigilância sanitária vigentes;
- Adequado acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos;
- Utilização de estabelecimentos regularmente licenciados;
- Disponibilização de opções alimentares alternativas para participantes com restrições previamente informadas pela Administração.

**7.5. Requisitos relativos aos ingressos e reservas**

**7.5.1.** A contratada será responsável pela aquisição, reserva, confirmação e disponibilização tempestiva de todos os ingressos necessários à execução dos roteiros, devendo:

- Garantir validade para a data programada;
- Assegurar acesso regular às atrações previstas;
- Resolver, às suas expensas, eventuais inconsistências de bilhetagem.

**7.6. Requisitos de apoio logístico e operacional**

**7.6.1.** A contratada deverá manter estrutura operacional suficiente para garantir:

- Pontualidade nos horários de saída e retorno;

- Organização dos embarques e desembarques;
- Acompanhamento do grupo durante toda a atividade;
- Pronta resposta a intercorrências;
- Cumprimento integral do roteiro definido pela Administração.

#### **7.7. Requisitos de sustentabilidade**

**7.7.1.** Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas de mitigação de impactos ambientais, tais como:

- Adequada destinação de resíduos gerados;
- Utilização de veículos em conformidade com normas de emissão vigentes;
- Fornecimento de alimentos em embalagens apropriadas e seguras.

#### **7.8. Subcontratação**

**7.8.1.** Não será admitida a subcontratação do núcleo essencial do objeto. Poderão ser subcontratadas apenas atividades acessórias, desde que previamente autorizadas pela Administração e mantida a responsabilidade integral da contratada pela execução.

#### **7.9. Conformidade legal**

**7.9.1.** Os serviços deverão ser executados em estrita observância à legislação de trânsito, normas sanitárias, regras de transporte de passageiros, normas de proteção ao consumidor e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

---

### **8. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

- 8.1.** A execução do objeto dar-se-á por lote, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, na qual constarão, no mínimo, a data da atividade, o roteiro definitivo, o quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais necessárias.
- 8.2.** Cada atividade deverá ser realizada em 01 (um) dia, sem pernoite, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa, observando rigorosamente os horários e condições estabelecidos pela Administração.
- 8.3.** A definição da data de cada atividade ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, prazo considerado necessário para a adequada mobilização logística pela contratada. Excepcionalmente, mediante justificativa formal da Administração e anuência expressa da contratada, o referido prazo poderá ser alterado, desde que não haja prejuízo à execução do objeto nem alteração das condições originalmente pactuadas.

#### **8.4. Planejamento prévio**

A contratada deverá encaminhar à fiscalização, com antecedência mínima a ser fixada na Ordem de Serviço, o plano operacional da atividade, contendo, no mínimo:

1. identificação do veículo a ser utilizado, com documentação regular;
2. dados do(s) motorista(s);
3. comprovação do seguro de passageiros;
4. confirmação das reservas e dos ingressos;

5. indicação dos estabelecimentos responsáveis pela alimentação;
6. cronograma detalhado do deslocamento.

A execução somente poderá ocorrer após validação formal pela fiscalização.

#### **8.5. Condições de execução**

Durante a execução, a contratada deverá:

1. garantir pontualidade nas saídas, deslocamentos e retornos;
2. manter condições adequadas de segurança, higiene e conforto;
3. assegurar o fornecimento integral dos serviços previstos em cada lote;
4. manter responsável ou preposto acessível durante toda a atividade;
5. comunicar imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência relevante.

Eventuais substituições de veículo, motorista, estabelecimento de alimentação ou ingressos somente poderão ocorrer mediante justificativa e anuência prévia da Administração, salvo situações emergenciais devidamente comprovadas.

#### **8.6. Fiscalização e acompanhamento**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), competindo-lhe(s):

1. verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência;
2. registrar ocorrências em instrumento próprio;
3. atestar a execução para fins de pagamento;
4. propor glosas ou aplicação de sanções quando cabíveis.

A presença da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução.

#### **8.7. Recebimento do objeto**

O recebimento ocorrerá por lote, após a conclusão de cada atividade, mediante ateste do fiscal quanto ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Constatadas inconformidades, poderão ser aplicadas glosas proporcionais, determinada a correção de falhas ou instaurado procedimento para aplicação das sanções previstas.

#### **8.8. Alterações operacionais**

A Administração poderá promover ajustes de data ou roteiro por necessidade do serviço, mediante comunicação prévia à contratada e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.

#### **8.9. Manutenção das condições de habilitação**

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comprovar sua regularidade sempre que solicitada, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

**9. GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

- 9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e nas Leis Federais nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo que o presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelos servidores abaixo nominados:

**Gestor do contrato:**

AGNALDO LARA DOS SANTOS (32530)

**Gestor do contrato suplente:**

LEILA BATISTA GUSE MARTINS (30612)

**Fiscal Técnico:**

KARYM RACHEL MAMI VOIGT COLLESEL (21214)

**Fiscal Técnico suplente:**

THOMAS RODOLFO BRENNES (30083)

**Fiscal Administrativo:**

RAIANE CHAGAS DA SILVA (31916)

**Fiscal Administrativo suplente:**

CASSIANO RODRIGUES VAZ (31541)

---

**10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)**

- 10.1.** A medição do objeto será realizada com base no efetivo atendimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, considerando a adequada execução dos serviços contratados.
- 10.2.** Os serviços serão considerados medidos e passíveis de pagamento após a realização do evento e a verificação, pela fiscalização, de que a execução ocorreu em conformidade com as especificações, condições e padrões de qualidade definidos, hipótese em que será atestada a respectiva Nota Fiscal.
- 10.3.** Na ocorrência de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou abrangência dos serviços prestados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.
- 10.4.** O prazo destinado à correção de inconsistências na execução do objeto, bem como ao saneamento de falhas na Nota Fiscal ou em instrumento de cobrança equivalente,



identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

- 10.5. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto, nos termos da legislação vigente.
- 10.6. O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, respeitados os seguintes prazos máximos:
  1. até 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
  2. até 18 (dezoito) dias úteis para o pagamento, a contar da liquidação da despesa.
- 10.7. O pagamento somente será efetuado após o atesto da Nota Fiscal pela fiscalização do contrato.
- 10.8. A Nota Fiscal deverá ser emitida após a emissão do empenho, devendo estar acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigida pela Administração.

---

**11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)**

- 11.1. A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 21.500/2023, por meio do procedimento de pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço.
- 11.2. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como à qualificação econômico-financeira, serão aquelas usualmente aplicáveis à generalidade dos objetos e estarão disciplinadas no instrumento convocatório.
- 11.3. A qualificação técnica exigida do fornecedor observará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, notadamente no item relativo aos requisitos da contratação, sendo compatível com a natureza, a complexidade e o porte do objeto, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da competitividade.

---

**12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal competente, observadas as classificações orçamentárias aplicáveis à execução de ações e serviços voltados ao atendimento socioassistencial.
- 12.2. A indicação detalhada da dotação orçamentária, incluindo unidade orçamentária, programa de trabalho, elemento de despesa e fonte de recursos, será informada no processo administrativo e no instrumento contratual correspondente, em conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira do Município.

- 12.3.** Caso necessário, poderão ser utilizadas dotações orçamentárias de exercícios subsequentes, observadas as disposições da legislação orçamentária vigente e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

### **13. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

- 13.1.** A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratação Anual – PCA, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, estando registrada na demanda nº 1056/2026.
- 13.2.** A inclusão da contratação no PCA decorre da necessidade previamente identificada pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, alinhada às suas atribuições institucionais e às ações planejadas para o exercício, notadamente no que se refere à realização de evento institucional voltado ao fortalecimento e à articulação das políticas públicas desenvolvidas pela Pasta.
- 13.3.** O planejamento prévio permitiu a adequada definição do objeto, a estimativa dos custos envolvidos, a verificação da viabilidade orçamentária e a programação da execução, contribuindo para a racionalização do gasto público e para a mitigação de riscos relacionados à contratação.
- 13.4.** Dessa forma, resta evidenciado que a contratação está formalmente alinhada ao planejamento anual da Administração, atendendo às diretrizes de governança, eficiência e controle exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle externo.

---

### **14. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1.** A formalização da contratação observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração convocar o fornecedor vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e neste Termo de Referência.
- 14.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do fornecedor durante o seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.3.** O não atendimento à convocação para assinatura do contrato ou para aceitação ou retirada do instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, acarretará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.
- 14.4.** Na hipótese de recusa injustificada do adjudicatário, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as mesmas condições ofertadas pelo vencedor.
- 14.5.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem que haja convocação para a contratação, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos.

- 14.6.** Quando cabível, o instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, tais como carta-contrato, nota de empenho, autorização de execução de serviço ou ordem de fornecimento, especialmente nos casos de contratação de pequeno valor ou sem obrigações futuras, permanecendo integralmente válidas e vinculantes as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

---

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas no edital, em seus anexos, no contrato e neste Termo de Referência, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 15.2.** Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:
1. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.
  2. Disponibilizar todos os recursos humanos, materiais, logísticos e operacionais necessários à execução integral dos serviços, incluindo transporte de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico durante as atividades.
  3. Garantir que os veículos utilizados para transporte de passageiros estejam em perfeito estado de conservação, devidamente licenciados, segurados e em conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis ao transporte rodoviário de passageiros.
  4. Designar motoristas devidamente habilitados, com experiência em transporte intermunicipal ou turístico, observando integralmente as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes.
  5. Assegurar o fornecimento de alimentação em condições adequadas de higiene, qualidade e segurança alimentar, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
  6. Providenciar a aquisição, reserva, confirmação e disponibilização dos ingressos necessários à realização das atividades previstas em cada lote, responsabilizando-se por eventuais custos ou intercorrências decorrentes de falhas nesses procedimentos.
  7. Garantir acompanhamento logístico e suporte operacional durante toda a execução das atividades, assegurando organização, pontualidade, segurança e cumprimento do roteiro estabelecido pela Administração.
  8. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, apresentando as medidas adotadas para solução da situação.
  9. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental aplicável, bem como manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
11. Atender às determinações da fiscalização do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados e adotando as providências necessárias para correção de eventuais falhas verificadas na execução.
12. Garantir o cumprimento das normas de segurança, transporte de passageiros e vigilância sanitária aplicáveis aos serviços contratados.
13. Assegurar, quando previamente comunicado pela Administração, a disponibilização de opções alimentares alternativas para participantes que possuam restrições alimentares.

---

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 16.1.** Compete à CONTRATANTE, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação vigente, no edital e no contrato:
1. Emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução das atividades, contendo as informações essenciais para a realização dos passeios, tais como data, roteiro, quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais.
  2. Comunicar à contratada, com antecedência mínima prevista neste Termo de Referência, a programação das atividades a serem executadas.
  3. Designar servidor (es) responsável (is) pela gestão e fiscalização do contrato, competindo-lhe (s) acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das condições estabelecidas e registrar eventuais ocorrências.
  4. Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo eventuais orientações específicas sobre os participantes e sobre o desenvolvimento das atividades.
  5. Informar previamente à contratada eventuais restrições alimentares ou necessidades específicas dos participantes, quando tais informações estiverem disponíveis.
  6. Atestar a execução dos serviços prestados, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para fins de liquidação da despesa.
  7. Efetuar o pagamento devido à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da documentação exigida.
  8. Notificar formalmente a contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas na execução contratual, concedendo prazo para manifestação ou correção, quando cabível.
  9. Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.
  10. Adotar as providências administrativas necessárias para garantir a adequada execução contratual e a continuidade do serviço público.

11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a proposta apresentada, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência, desde que devidamente atestada a execução dos serviços.

---

## **17. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO**

- 17.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação ou da data-base estabelecida no edital, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. O reajuste, quando aplicável, será realizado com base em índice oficial que reflita a variação de custos do setor, a ser definido no instrumento convocatório ou no contrato, observadas as normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.
- 17.3. Independentemente do reajuste previsto, será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que comprovadamente impactem os custos da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 17.4. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentada pela contratada, devidamente instruída com documentação que comprove a ocorrência do fato gerador e a efetiva alteração dos custos inicialmente pactuados.
- 17.5. A análise do pedido será realizada pela Administração, que poderá solicitar informações complementares, promover diligências e adotar as medidas necessárias para verificar a procedência da solicitação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

---

## **18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

---

## **19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS**

- 19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 22 de abril de 2026.

---

Joao Alfredo Horst Neto

Secretário interino da SMFDS

---

Laila Wites Bolzan Guimarães Oliveira

Responsável pela elaboração do TR



## ANEXO 2

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90074/2026**

**Minuta: 96/2026**

### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

#### **2. Na proposta escrita, deverá conter:**

- a) os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacado;
- b) o prazo de validade da proposta;
- c) especificação e marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 1**, deste edital; e
- d) data e assinatura do Representante Legal da proponente.

#### **3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 1 deste edital.**

**3.1** O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

#### **4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

**4.1** Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 1 do edital.

**4.2** PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### **5. CONDIÇÕES GERAIS**

**5.1** A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### **6. PRAZO DE GARANTIA**

**6.1** A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos de acordo com o Anexo 1, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

#### **7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**7.1** De acordo com o especificado no Termo de referência deste edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.

#### **8. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

**8.1** De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade de da proposta até decisão.**

**ANEXO 3**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº90074/2026**

**Minuta: 96/2026.**

**DECLARAÇÕES CONJUNTAS**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: (0xx) \_\_\_\_\_

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Minuta: 96/2026, instaurada pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação:

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO**

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL**

Declaramos que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO**

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

1. Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
2. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 001/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
3. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 027/2023, do IBAMA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos legais.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Sócio proprietário

#### ANEXO 4

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90074/2026      Minuta: 96/2026.

MINUTA Nº \_\_\_\_/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS Nº  
\_\_\_\_/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

**CONTRATANTE:** **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Visconde de Taunay, nº 950, Bairro Ronda, CEP 84051-900, inscrito no CNPJ sob o nº 76.175.884/0001-87, neste ato representado pela **Sr<sup>a</sup>. CAMILA CALISTO SANCHES**, Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, matrícula funcional nº 32.988, nomeada de acordo com o Decreto Municipal nº 24.419, de 01/01/2025, publicado no Diário Oficial do Município na edição de 02/01/2025; e,

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) **Sr<sup>a</sup>**. \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, acham-se justos e contratados.

Tendo em vista o que consta no processo **SEI 019016/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 21.500/2023, 21.635/2023, e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão, na forma Eletrônica nº \_\_\_\_\_**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos, destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

**1.2** Especificação do objeto da contratação:

Lote	Item	Especificação	Und.	Qtd.	Vir. Unt. (R\$)	Vir. Total (R\$)
1	1	Passeio cultural – Parque Temático para 56 pessoas	SRV	1		
1	2	Passeio ferroviário Curitiba – Morretes, para 56 pessoas	SRV	1		
1	3	Passeio cultural urbano em Curitiba, para 56 pessoas	SRV	1		

### 1.2.1 Descrição do serviço:

**1.2.1.1** A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços integrados de organização e execução de passeios culturais e educativos destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhados pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Ponta Grossa.

**1.2.1.2** A contratação compreenderá, sob responsabilidade única da contratada, a execução integrada dos seguintes serviços:

- Transporte rodoviário de passageiros, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa;
- Fornecimento de alimentação durante a realização das atividades;
- Aquisição, confirmação e disponibilização de ingressos ou bilhetes necessários à execução dos passeios;
- Apoio logístico e operacional durante todo o período da atividade.

**1.2.1.3** A contratação será estruturada em 03 (três) lotes distintos, correspondentes a roteiros específicos:

- Lote 1: Passeio cultural em parque temático localizado no Município de Penha (Beto Carrero World);
- Lote 2: Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário;
- Lote 3: Passeio cultural urbano no Município de Curitiba.

**1.2.1.4** Cada lote será executado de forma independente, em data previamente definida pela Administração, com duração estimada de 01 (um) dia, sem pernoite, contemplando aproximadamente 56 (cinquenta e seis) participantes por atividade.

**1.2.1.5** Os serviços deverão ser executados de forma coordenada e contínua, garantindo segurança, pontualidade, regularidade operacional e cumprimento integral do roteiro definido pela Administração, observadas as normas de transporte de passageiros, legislação sanitária aplicável à alimentação e demais exigências legais pertinentes.

**1.2.1.6** O objeto caracteriza-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.18

### 1.2.2 Especificações Técnicas

#### 6.19 LOTE 1: Passeio Cultural – Beto Carrero World – Penha

##### f) Destino e Período

**6.20** Passeio cultural e educativo ao parque temático localizado no Município de Penha, com duração de 01 (um) dia, com deslocamento de ida e volta no mesmo dia, sem pernoite.

##### g) Transporte: A contratada deverá fornecer:

- Ônibus categoria semi-leito ou superior;
- Ar-condicionado em funcionamento;
- Banheiro;
- Som ambiente;
- Cintos de segurança individuais;
- Seguro de passageiros;
- Veículo devidamente licenciado e regular perante os órgãos competentes;

- Motorista profissional habilitado, com experiência comprovada em viagens intermunicipais ou turísticas;
- Transporte rodoviário de ida e volta, com saída das unidades do CREAS em Ponta Grossa até o parque e retorno ao mesmo local.
- h) Ingressos**
- 6.21** Fornecimento de ingresso com acesso regular às atrações disponíveis no dia da visita, válido para 01 (um) dia, conforme regras da administração do parque.
- i) Alimentação**
- 6.22** Deverá ser fornecida alimentação composta, no mínimo, por:
  - Café da manhã completo;
  - Kit lanche individual acondicionado adequadamente;
  - Almoço tipo combo ou refeição equivalente;
  - Jantar simples no retorno;
  - 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.
- 6.23** Deverão ser asseguradas alternativas alimentares para participantes com restrições previamente informadas.
- j) Responsabilidade Operacional**
- 6.24** A contratada será integralmente responsável pela coordenação logística, organização, cumprimento de horários, segurança dos participantes e observância das normas de transporte e vigilância sanitária.
- 6.25 LOTE 2: Passeio Ferroviário – Curitiba – Morretes (Trem Litorina)**
- f) Destino e Período**
- 6.26** Passeio ferroviário turístico no trecho Curitiba – Morretes, com retorno rodoviário, em atividade de 01 (um) dia, sem pernoite.
- g) Transporte Rodoviário**
  - Ônibus semi-leito ou superior, climatizado, com banheiro e cintos de segurança;
  - Seguro de passageiros;
  - Transporte rodoviário de ida de Ponta Grossa até a estação ferroviária em Curitiba;
  - Retorno rodoviário de Morretes até o ponto de origem;
  - Motorista habilitado e experiente.
- h) Ingresso Ferroviário**
- 6.27** Fornecimento de bilhete na categoria turística para o Trem Litorina no trecho Curitiba– Morretes, em vagão climatizado, com serviço de bordo básico incluso, conforme disponibilidade da operadora ferroviária.
- i) Alimentação**
- 6.28** Fornecimento mínimo de:
  - Café da manhã completo antes do embarque;
  - Kit lanche individual durante o trajeto;
  - Almoço típico regional (barreado e acompanhamentos) ou refeição equivalente;
  - Jantar simples no retorno;
  - 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.
- 6.29** Garantia de opções alternativas para restrições alimentares.
- j) Apoio Logístico**
- 6.30** Coordenação integral dos horários de embarque, integração transporte-trem-retorno, acompanhamento do grupo e cumprimento do cronograma.
- 6.31 LOTE 3 - Passeio Cultural Urbano – Curitiba**
- f) Destino e Período**
- 6.32** Passeio cultural urbano no Município de Curitiba, com duração de 01 (um) dia, sem pernoite.
- g) Transporte**
  - Ônibus semi-leito ou superior;
  - Ar-condicionado, banheiro, cintos de segurança;
  - Seguro de passageiros;
  - Deslocamento de ida e volta desde Ponta Grossa;
  - Deslocamentos internos entre os atrativos definidos pela Administração.
- h) Passeios e Visitas**
- 6.33** Realização de visitas em pontos turísticos e culturais da cidade, podendo incluir:
  - Jardim Botânico de Curitiba



- Museu Oscar Niemeyer
- Ópera de Arame
- Parque Tanguá
- Bosque Alemão

**6.34** O roteiro definitivo será definido previamente pela Administração.

**i) Alimentação**

**6.35** Fornecimento mínimo de:

- Café da manhã completo;
- Kit lanche individual;
- Almoço em restaurante local, contendo prato principal, acompanhamentos e bebida não alcoólica;
- Jantar simples no retorno;
- 02 (duas) unidades de água mineral (500 ml) por participante.

**6.36** Deverão ser garantidas alternativas para restrições alimentares comunicadas previamente.

**j) Apoio Operacional**

**k)** A contratada deverá assegurar acompanhamento logístico durante todo o trajeto, garantindo segurança, cumprimento de horários e organização do grupo.

**1.3** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital da Licitação;
- c) proposta da CONTRATADA;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**2.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os descritos nas cláusulas que seguem.

**2.1.1** A execução do objeto dar-se-á por lote, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, na qual constarão, no mínimo, a data da atividade, o roteiro definitivo, o quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais necessárias.

**2.1.2** Cada atividade deverá ser realizada em 01 (um) dia, sem pernoite, com saída e retorno nas unidades do CREAS no Município de Ponta Grossa, observando rigorosamente os horários e condições estabelecidos pela Administração.

**2.1.3** A definição da data de cada atividade ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, prazo considerado necessário para a adequada mobilização logística pela contratada. Excepcionalmente, mediante justificativa formal da Administração e anuência expressa da contratada, o referido prazo poderá ser alterado, desde que não haja prejuízo à execução do objeto nem alteração das condições originalmente pactuadas.

### **2.2 Planejamento prévio**

A contratada deverá encaminhar à fiscalização, com antecedência mínima a ser fixada na Ordem de Serviço, o plano operacional da atividade, contendo, no mínimo:

- 7. identificação do veículo a ser utilizado, com documentação regular;
- 8. dados do(s) motorista(s);
- 9. comprovação do seguro de passageiros;

- 10. confirmação das reservas e dos ingressos;
- 11. indicação dos estabelecimentos responsáveis pela alimentação;
- 12. cronograma detalhado do deslocamento.

A execução somente poderá ocorrer após validação formal pela fiscalização.

### **2.3 Condições de execução**

Durante a execução, a contratada deverá:

- 6. garantir pontualidade nas saídas, deslocamentos e retornos;
- 7. manter condições adequadas de segurança, higiene e conforto;
- 8. assegurar o fornecimento integral dos serviços previstos em cada lote;
- 9. manter responsável ou preposto acessível durante toda a atividade;
- 10. comunicar imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência relevante.

Eventuais substituições de veículo, motorista, estabelecimento de alimentação ou ingressos somente poderão ocorrer mediante justificativa e anuência prévia da Administração, salvo situações emergenciais devidamente comprovadas.

### **2.4 Fiscalização e acompanhamento**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), competindo-lhe(s):

- 5. verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência;
- 6. registrar ocorrências em instrumento próprio;
- 7. atestar a execução para fins de pagamento;
- 8. propor glosas ou aplicação de sanções quando cabíveis.

A presença da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução.

### **2.5 Recebimento do objeto**

O recebimento ocorrerá por lote, após a conclusão de cada atividade, mediante ateste do fiscal quanto ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Constatadas inconformidades, poderão ser aplicadas glosas proporcionais, determinada a correção de falhas ou instaurado procedimento para aplicação das sanções previstas.

### **2.6 Alterações operacionais**

A Administração poderá promover ajustes de data ou roteiro por necessidade do serviço, mediante comunicação prévia à contratada e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.

### **2.7 Manutenção das condições de habilitação**

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comprovar sua regularidade sempre que solicitada, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

**2.8** A medição do objeto será realizada com base no efetivo atendimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, considerando a adequada execução dos serviços contratados.

**2.9** Os serviços serão considerados medidos e passíveis de pagamento após a realização do evento e a verificação, pela fiscalização, de que a execução ocorreu em conformidade com as especificações, condições e padrões de qualidade definidos, hipótese em que será atestada a respectiva Nota Fiscal.

**2.10** Na ocorrência de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou abrangência dos serviços prestados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.

**2.11** O prazo destinado à correção de inconsistências na execução do objeto, bem como ao saneamento de falhas na Nota Fiscal ou em instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

**2.12** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

**2.13** O objeto do presente Contrato, se estiver de acordo com as especificações do Edital, será recebido, conforme art. 80, I, 'b', e II, 'b', do Decreto Municipal nº 21.500/2023:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1** O preço para o presente ajuste é de **R\$ \_\_\_\_\_**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

**3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO**

**4.1** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 20.003.08.243.0045.6.005.3.3.90.39.

**4.2** As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026.

**4.2.1** Após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, as adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do Contrato, bem como as dotações orçamentárias relativas aos exercícios financeiros subsequentes, serão vinculadas a este instrumento mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**5.1** O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

**5.2** O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

**5.3** A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;

c) Certidão que comprove a regularidade fiscal perante o município da sede da CONTRATADA;

d) Certificado de Regularidade do FGTS;

**6.37** e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**5.4** Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério para aplicação no caso de mora em pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO**

**6.1** O prazo de vigência deste Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data divulgação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**6.2** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.1** A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**6.3** Conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA terá o prazo máximo de até **05 (cinco) dias** para assinar o Contrato, nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1** Não será admitida a subcontratação do núcleo essencial do objeto. Poderão ser subcontratadas apenas atividades acessórias, desde que previamente autorizadas pela Administração e mantida a responsabilidade integral da contratada pela execução.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO**

**8.1** Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com a formalização do mapa de preços no dia \_\_/\_\_/2026.

**8.2** A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao Contrato.

**6.38**

**8.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.39**

**8.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**6.40**

**8.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

**6.41**

**8.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**6.42**

**8.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.43**

**8.8** Pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio quando surgir fato desencadeador ocorrido após a assinatura do Contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte, desde que: o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta

**6.44**

**8.9** O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

**6.45**

**8.10** A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da CONTRATADA ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1** São obrigações do CONTRATANTE:

**9.1.1** Emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução das atividades, contendo as informações essenciais para a realização dos passeios, tais como data, roteiro, quantitativo estimado de participantes e demais orientações operacionais.

**9.1.2** Comunicar à contratada, com antecedência mínima prevista no Termo de Referência, a programação das atividades a serem executadas.

**9.1.3** Designar servidor (es) responsável (is) pela gestão e fiscalização do contrato, competindo-lhe (s) acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das condições estabelecidas e registrar eventuais ocorrências.

**9.1.4** Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo eventuais orientações específicas sobre os participantes e sobre o desenvolvimento das atividades.

**9.1.5** Informar previamente à contratada eventuais restrições alimentares ou necessidades específicas dos participantes, quando tais informações estiverem disponíveis.

**9.1.6** Atestar a execução dos serviços prestados, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para fins de liquidação da despesa.

**9.1.7** Efetuar o pagamento devido à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da documentação exigida.

**9.1.8** Notificar formalmente a contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas na execução contratual, concedendo prazo para manifestação ou correção, quando cabível.

**9.1.9** Adotar as providências administrativas necessárias para garantir a adequada execução contratual e a continuidade do serviço público.

**9.1.10** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

**9.1.11** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato firmado.

**9.1.12** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.1.13** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Contrato.

**9.1.14** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.1.14.1** O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**9.1.15** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.1.16** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato.

**9.1.17** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Contrato e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**9.1.18** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a



resposta da empresa e a sua ação corretiva.

**9.1.19** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

**9.1.20** Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**9.1.21** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

### **6.46**

**10.1.1** Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

### **6.47**

- Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.
- Disponibilizar todos os recursos humanos, materiais, logísticos e operacionais necessários à execução integral dos serviços, incluindo transporte de passageiros, fornecimento de alimentação, aquisição de ingressos e apoio logístico durante as atividades.
- Garantir que os veículos utilizados para transporte de passageiros estejam em perfeito estado de conservação, devidamente licenciados, seguros e em conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis ao transporte rodoviário de passageiros.
- Designar motoristas devidamente habilitados, com experiência em transporte intermunicipal ou turístico, observando integralmente as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes.
- Assegurar o fornecimento de alimentação em condições adequadas de higiene, qualidade e segurança alimentar, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- Providenciar a aquisição, reserva, confirmação e disponibilização dos ingressos necessários à realização das atividades previstas em cada lote, responsabilizando-se por eventuais custos ou intercorrências decorrentes de falhas nesses procedimentos.
- Garantir acompanhamento logístico e suporte operacional durante toda a execução das atividades, assegurando organização, pontualidade, segurança e cumprimento do roteiro estabelecido pela Administração.
- Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, apresentando as medidas adotadas para solução da situação.
- Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental aplicável, bem como manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Atender às determinações da fiscalização do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados e adotando as providências necessárias para correção de eventuais falhas verificadas na execução.
- Garantir o cumprimento das normas de segurança, transporte de passageiros e vigilância sanitária aplicáveis aos serviços contratados.
- Assegurar, quando previamente comunicado pela Administração, a disponibilização de opções alimentares alternativas para participantes que possuam restrições alimentares.

### **6.48**

**10.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

**6.49**

**10.1.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**6.50**

**10.1.4** Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**6.51**

**10.1.5** Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**6.52**

**10.1.6** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**6.53**

**10.1.7** Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**6.54**

**10.1.8** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**6.55**

**10.1.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

**6.56**

**10.1.10** Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

**6.57**

**10.1.11** Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**6.58**

**10.1.12** Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

**6.59**

**10.1.13** É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

**6.60**

**10.1.14** Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.

**6.61**

**10.1.15** Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

**6.62**

**10.1.16** Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

**6.63**

**10.1.17** Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

**6.64**

**10.1.18** Alocar os empregado necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**6.65**

**10.1.19** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**6.66**

**10.1.20** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**6.67**

**10.1.21** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**6.68**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**11.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

**11.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

**11.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO**

**12.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas designadas a partir de Ordem de Serviço, publicada em Diário Oficial do Município, emitida após a assinatura deste termo contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### **13.1.1 Advertência**

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; e
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

#### **13.1.2 Multa Compensatória**

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

**13.1.2.1** De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.
- b) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

**13.1.2.2** De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

**13.1.2.3** De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

### **13.1.3 Multa moratória**

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor CONTRATADO. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;

b) descontado do valor da garantia prestada;

c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis; e

d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

### **13.1.4 Impedimento de licitar e contratar**

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**13.1.4.1** Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**13.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.**

a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

**13.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.**

a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado; e

b) dar causa à inexecução total do Contrato.

**13.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**13.2** Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o CONTRATADO está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

**13.3** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto nº 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

**13.3.1** Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**14.1** A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá se dar entre prepostos ou diretamente.

**14.2** Aos prepostos da CONTRATANTE caberá, inclusive, fiscalizar a execução do contrato.

**14.3** Os empregados da CONTRATADA somente obedecerão ordens e orientações emanados dos mesmos.

**14.4** Da fraude e da corrupção:

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**14.5** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da



empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**15.2** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

**15.2.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; e

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.3** A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO**

**16.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

**17.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

**18.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

**18.2** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**18.4** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**18.5** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

**19.1** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

**19.2** O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

**20.1** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

**20.2** Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de 2026.

**CONTRATADA**

**CONTRATANTE**

**MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

**TESTEMUNHAS:**